

Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

Data: Agosto/2005.

Decisão e franqueza

Fernando Henrique Cardoso

Autores clássicos do comportamento político colocaram ênfase na necessidade de “dissimular” e de “omitir”. Se nunca chegaram a propor a mentira como instrumento válido da ação política, passaram perto. E não me refiro apenas a Maquiavel quem terçou armas no terreno escorregadio dos fins que justificam os meios – sem jamais ter escrito isso – e das artimanhas necessárias para manter e expandir o poder. Todos aqueles clássicos, se vissem nos dias de hoje, na era da comunicação instantânea e do cruzamento de informações em tempo real, chamariam a atenção para o mote “a mentira tem pernas curtas”. E talvez, maquiavelicamente, diriam que, em nossos tempos, mais vale a pena exagerar na denúncia e proclamar, mesmo contra todas as evidências, o comportamento ético.

A exaltação da virtude não implica descuidar do que Weber chamou de ética da responsabilidade. O político precisa sempre medir as conseqüências de seus atos e mesmo dos atos praticados por terceiros graças a suas ações e omissões. Mas a franqueza e a capacidade de decidir no momento oportuno valem hoje mais do que tudo, assim como a acusação ou o reconhecimento do erro devem ser feitos na hora politicamente certa, em função de suas conseqüências.

Nós, do PSDB, erramos no timing em episódio recente. Embora as denúncias de doações irregulares para as campanhas de alguns tucanos mineiros sejam de natureza muito distinta da “farra do boi” de Brasília, demoramos a dar o sinal de que “não somos iguais”. Isso sem prejuízo de todas as merecidas considerações pessoais e das diferenças de situação. Se o senador Azeredo tivesse mostrado no primeiro instante, como mostrou na CPI, de onde partiram as ordens para a captação de recursos em 1998, teria evitado muita incompreensão.

Quem dera as atribuições do presidente Lula neste momento fossem tão simples de evitar. Ele também diz ignorar o que se passa à sua volta. Com uma diferença essencial: o partido do Presidente e seu governo estão envoltos em um tsunami de suspeitas de corrupção. Em Minas não estamos lidando com armadores de quadrilha, ninguém suspeita de uso de dinheiro para compra de deputados, nem houve o aval de empréstimos pelo governo ou seu partido. Mesmo assim estamos cheios de cuidados para não atribuir ao Presidente culpas específicas em função de suas responsabilidades gerais.

No artigo que escrevi neste espaço há quatro semanas, insisti em não jogar pedras no Presidente antes da hora, torcendo para que a hora não chegue. Apelei para sua principal responsabilidade: a de propor um caminho para o Brasil sair da crise política. Cheguei mesmo a sugerir, na revista Exame, que ele proclamasse não ser candidato à reeleição para ganhar força moral na condução do processo político. Que falasse francamente ao país reconhecendo os erros e pedisse o apoio de todos. Parecia-me que se agisse com grandeza, teria condições para, no futuro próximo, resgatar-se de seu momento atual e voltar a se ocupar de eventual (e cada vez mais remota) reeleição, sem recorrer a pequenas espertezas para se por a salvo.

Não parece ter sido este, até o momento, o caminho por ele escolhido. Assumiu postura autista, passou a declarar abstratamente que luta contra a corrupção, sem se referir ao que vai à sua volta, continuou jogando seus próprios erros à conta da herança que recebeu e continuou a tratar a oposição (aí incluindo “as elites” que a ele nunca se opuseram) como bode expiatório. Despreocupou-se da opinião pública, tornou-se “palanqueiro” falando de grandezas que nunca existiram em seu governo, com o propósito óbvio de manter popularidade na massa menos informada de eleitores. Ilusão: não estamos em campanha eleitoral. O momento é para o Presidente assumir responsabilidades, não largar o leme e fazer o que o país espera: governar. Parece, entretanto que esse é o ofício que menos o atrai.

O Presidente Lula, pelo caminho que escolheu, afastou convergências em nome de uma agenda de “salvação nacional”. Mesmo porque a solidez das instituições, da economia e do mercado dispensam esforços salvacionistas. Diante disso, é preciso dizer claramente que passou da hora de apelos à grandeza de espírito a quem não a tem. Por outro lado,

os erros do governo e dos partidos que o apóiam estão à vista: o sol brilha neles sem peneira. Não existe a mais remota possibilidade de qualquer acordo em busca de soluções negociadas nas CPI's. Que se apure tudo o que ocorreu, agora ou no passado, sem perder de vista que nunca houve na história do Brasil uma seqüência de desvios de conduta tão deprimente como a que foi montada no país sob os auspícios de um partido, o PT, que se arrogava o monopólio da ética e que, sob esta escusa, estava construindo uma estrutura de poder gigantesca baseada na arrogância e na corrupção.

Não acusemos pessoas antes da hora, não confundamos o joio com o trigo, nem as diferentes espécies de joio, dentro e fora do PT e dos demais partidos. Deixemos que a democracia se afirme com o prosseguimento das investigações. Feitas as apurações, que as responsabilidades recaiam sobre cada indivíduo na proporção dos erros cometidos. Seja qual for o resultado das investigações, o importante é que, em seguida, haja as punições de acordo com as leis.

Nesse processo, entretanto, ruma-se contra o tempo. O país perderá se deixarmos passar a hora. A hora é já: a soma de falcatruas, de falsidades, de negações do óbvio diante das câmeras do Congresso é de tal magnitude que não dá mais para fazer de conta que ninguém sabe de nada, que o Brasil vem sendo governado por um bando de gente irresponsável. Não é verdade, são sim responsáveis e a oposição deve cobrar deles os erros que vêm cometendo. O próprio Presidente, com seus discursos diários cheios de fanfarronice, gabola e desafiante, deveria meditar, pelo menos uma vez na vida, sobre o porquê foi eleito e o que está deixando como marca na História. E se crime de responsabilidade houver ou quebra de decoro parlamentar, sigam-se as regras estabelecidas na Constituição com todas as conseqüências. Não tergiveremos nem inventemos alternativas descabidas.